



ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

A **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO**, representada pela **Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES**, com sede no Av. Epitácio Pessoa, 2558, Bairro dos Estados - João Pessoa/PB, e o Empreendimento Econômico Solidário _____, situado _____, nº _____, na cidade/UF _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada por _____, brasileiro (a), _____ (estado civil), portador do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, cidade/UF _____, CEP _____, têm, entre si, justo e acertado o presente Termo de Compromisso.

Cláusula 1ª- O Empreendimento Econômicos Solidário (EES) selecionado para se tornarem beneficiários da comercialização dos seus produtos no Espaço de Comercialização no equipamento público de Economia Solidária, assinalado abaixo, assume o compromisso de observar rigorosamente as normas impostas pela Administração, em especial as que atingem à organização e funcionamento do referido Centro, bem como aquelas concernentes à comercialização de produtos e serviços oriundos de sua atividade produtiva, ficando terminantemente vedada a cessão da titularidade de direitos e obrigações decorrentes do presente Termo;

- Casa de Economia Solidária de Araruna;
- Casa de Economia Solidária de Barra de Santa Rosa;
- Casa de Economia Solidária de Ingá;
- Casa de Economia Solidária de Pombal;
- Casa de Economia Solidária de Soledade;
- Casa de Economia Solidária de Sumé;
- Central De Beneficiamento Central De Beneficiamento E Comercialização Da Agricultura Familiar E Economia Solidária - CBCAFES de Sapé.



Cláusula 2ª - As mencionadas ações terão **duração de até 01 (um) ano**, prazo este prorrogável por até mais **01 (um) ano**, a critério e por interesse exclusivo da Administração;

Cláusula 3ª - Todos os EES admitidos como aptos a se beneficiarem das ações de comercialização no Espaço de Comercialização (EC) serão integral e solidariamente responsáveis entre si pela operação e gestão das atividades comerciais ali desenvolvidas, devendo, como condição obrigatória para a exposição e venda de seus produtos e serviços, constituir, sob suas próprias expensas, sob única inscrição estadual, que desenvolverá as referidas atividades de forma autônoma e coletiva, responsabilizando-se civil, trabalhista, penalmente e administrativamente por seu exercício;

Cláusula 4ª - Os Empreendimentos Economicos Solidário deverão atender o seguinte cronograma de atividades. Todos prazos são contados a partir do resultado final:

Atividade	Prazo
Constituir Comitê Gestor	15 dias (contados do resultado final)
Constituir Formalmente Cooperativa	3 meses (contados do resultado final)
Aprovar Regimento Interno	2 meses (contados do resultado final)
Aprovar Modelo de Gestão	2 meses (contados do resultado final)
Solicitação da permissão de uso precário	3 meses (contados do resultado final)

Cláusula 4ª - Os Empreendimentos Econômicos Solidários que desejarem se beneficiar das ações de comercialização no Espaço de Comercialização (EC) serão obrigados subsidiariamente e responsáveis entre si pela operação das atividades comerciais ali desenvolvidas, devendo, como condição obrigatória para a exposição e venda de seus produtos e serviços atenderem as normas fiscais aplicáveis;

Cláusula 5ª – Os Empreendimentos Econômicos Solidários selecionados que participarem das atividades de comercialização do respectivos equipamentos públicos, precisarão se submeter às decisões e planejamento da cooperativa gestonária constituída, assim como ao revezamento de horários de plantão, previamente planejado, onde cada empreendimento terá seu dia e horário certo de se fazer presente no espaço de comercialização para atendimento aos clientes, sob pena de exclusão das atividades de comercialização.



Cláusula 6ª – Não será permitida a comercialização de produtos oriundos de terceiros produtores não selecionados pelo Comitê Gestor, bem como o de produtos descaminhados ou em desacordo com a legislação fiscal aplicável;

Cláusula 7ª - No caso de Cooperativas e Associações selecionadas no presente edital incorporarem novos membros ou EES ao seu quadro constitutivo após o processo de seleção, a participação dos mesmos no Espaço de Comercialização será objeto de análise do Comitê Gestor que fará avaliação levando em consideração o atendimento aos princípios da economia solidária, a disponibilidade de espaço e o planejamento;

Cláusula 8ª - Fica vedado o desenvolvimento dentro do Espaço de Comercialização de quaisquer atividades diversas das que lhe foram destinadas ou, ainda, a realização de quaisquer modificações físicas que possam pôr em risco a integridade do imóvel, de pessoas ou do meio ambiente;

Cláusula 9ª- Os EES selecionados deverão cumprir todas as normas de postura, saúde, segurança pública, trânsito, edificações, meio ambiente ou quaisquer outras inerentes às suas atividades produtivas e comerciais;

Cláusula 10ª- Os EES selecionado deverão zelar pelo bom nome e reputação dos equipamentos públicos, não podendo desenvolver no imóvel qualquer atividade que possa, sob qualquer forma ou pretexto, causar-lhe danos de qualquer espécie;

Cláusula 11ª- São obrigações da cooperativa gestonária constituída pelos EES para gestão de cada equipamento público de economia solidária:

- a. destacar associados de seu quadro para prestar os serviços necessários à operação e ao gerenciamento da comercialização de produtos e serviços no interior do referido espaço, obrigando-se de forma exclusiva por todos os ônus trabalhistas decorrentes, bem como por todas as despesas respeitantes ao custeio dessas atividades dentro do espaço de comercialização e na estruturação da comercialização;
- b. elaborar junto com os EES selecionados planejamento da organização do espaço, bem como a escala de revezamento dos horários de atendimento no espaço de comercialização;
- c. aplicar o Fundo de Reserva nas atividades de conservação e manutenção do patrimônio, especificamente em materiais básicos que possuam urgência, definidos pelo Comitê Gestor;
- d. permitir, sempre que exigido, visitas às suas instalações produtivas e apresentar todas as informações solicitadas pela SESAES, de forma a viabilizar a mensuração efetiva dos resultados finalísticos e intermediários das ações de promoção da política de Economia Solidária;
- e. zelar pelo bom nome e reputação do Centro Público Estadual de Economia Solidária, não podendo desenvolver no imóvel qualquer atividade que possa, sob qualquer forma ou pretexto, causar-lhe danos de qualquer espécie.



Cláusula 12ª - É responsabilidade SESAES/SEDH o pagamento do aluguel, da água e da luz, como também os reparos, reformas estruturais.

Cláusula 13ª - A fiel observância das obrigações aqui expostas, bem como no regimento do Centro Público Estadual de Economia Solidária, será monitorada pelas comissões de servidores especialmente designados pela SESAES/SEDH para o acompanhamento do desempenho da cooperativa e dos EES, ficando os empreendimentos desconformes sujeitos ao desligamento, a qualquer tempo, das ações e benefícios ora instituídos.

João Pessoa-PB, _____ de _____ de 2023.

Cassiano Pascoal

SECRETÁRIO EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Responsável pelo Empreendimento Econômico Solidário

Nome: _____

CPF: _____